

## EDITAL

### MARCO MARTINS, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GONDOMAR:

Torno público, nos termos do disposto na alínea t) do nº 1 do artigo 35.º, conjugado com o artigo 56º, ambos da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, o meu despacho de 06 de setembro de 2019, que produz efeitos a partir de 09 de setembro de 2019, de delegação e subdelegação de competências na Vereadora Adjunta Senhora **Dr.ª Cláudia Manuela Ramos Vieira**, em **REGIME DE PERMANÊNCIA E A TEMPO INTEIRO**.

Para constar e devidos efeitos se publica o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares de estilo.

E eu, *Ido Qui Santos*, Técnica Superior o subscrevo.

Paços do Município de Gondomar, 06 de setembro de 2019

O Presidente da Câmara,



(Dr. Marco Martins)

**GONDOMAR**

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

**DESPACHO****DISTRIBUIÇÃO DE FUNÇÕES  
DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS  
SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS**

1 - Nos termos do nº 1 do artigo 56º e do nº 4 do artigo 58º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18/9, na sua atual redação, **DESIGNO** como minha Vereadora adjunta para a área do planeamento e política dos solos, a **Dra. Cláudia Manuela Ramos Vieira**, em **REGIME DE PERMANÊNCIA E A TEMPO INTEIRO**, a quem ficam afetas a coordenação e supervisão de todas as atividades a desenvolver nos seguintes âmbitos e pelouros:

- Empreendedorismo e Desenvolvimento Económico
- Coesão Social
- Adjunta para o Planeamento e Política dos Solos
- Tecnologias da Informação e Comunicação

2 – À Senhora Vereadora incumbe, ainda, a gestão corrente, designadamente o acompanhamento do funcionamento, a gestão de horários, as autorizações de cedência e/ou ocupação e o reporte de necessidades de intervenção, do seguinte equipamento municipal:

- Gondomar Goldpark;
- EB1 Monte Crasto.

3 – De acordo com o disposto no nº 2 do artigo 36º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e dos artigos 44.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, **DELEGO** na **referida Vereadora**, nos âmbitos antes indicados, as seguintes competências:

- a) Representar o município em juízo e fora dele - alínea a) do nº 1 do artigo 35º da Lei nº 75/2013, de 12/9;
- b) Assinar ou visar a correspondência da câmara municipal que tenha como destinatários quaisquer entidades ou organismos públicos – alínea l) do nº 1 do artigo 35º da Lei nº 75/2013, de 12/9;



# GONDOMAR

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

- c) Promover a publicação das decisões ou deliberações – alínea t) do nº 1 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12/9;
- d) Modificar ou revogar os atos praticados por trabalhadores afetos aos serviços da câmara municipal – alínea c) do nº 2 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12/9;
- e) Outorgar contratos em representação do município – alínea f) do nº 2 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12/9.

**4 -** Considerando que por deliberação da Câmara Municipal, de 26/10/2017, me foram delegadas competências, nos termos do disposto no Anexo I da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, **SUBDELEGO, na referida Vereadora**, nos âmbitos antes indicados, nos termos do nº 2 do artigo 36º, da Lei antes referida, assim como ao abrigo dos artigos 44.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, as seguintes competências:

- a) Colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central - alínea r) do nº 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12/9;
- b) Assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património – alínea t) do nº 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12/9;
- c) Promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal - alínea ff) do nº 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12/9.

Paços do Município de Gondomar, 6 de setembro de 2019

O presente despacho produz efeitos a 9 de setembro de 2019

O Presidente da Câmara,



(Dr. Marco Martins)